

PANDEMIA, LUGAR E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMANDO CONCEITOS E TECENDO RELAÇÕES

Alana Huttner Wolter¹

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa teórica desenvolvida para o projeto de pesquisa² no âmbito do mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Têm como objetivo aproximar e tecer relações entre as categorias Pandemia, lugar e representações sociais, mostrando que, a pandemia causada pelo novo Coronavírus pode ser analisada a partir do território, através das múltiplas representações sociais criadas e compartilhadas pelos seus sujeitos. Essas categorias são capazes de oferecer contribuições para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à pandemia que dão conta de atender as particularidades de determinados territórios e povos.

Palavras-chave: Pandemia; lugar; representações sociais; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do novo Coronavírus, a sua disseminação em escala global e a ausência de um tratamento específico para o seu combate mobilizou a produção do conhecimento no mundo. Diversas ações visando o fomento à pesquisa e à inovação surgiram, parte significativa delas voltou-se para o diagnóstico e o tratamento de doenças infecciosas, para o desenvolvimento de remédios e vacinas, e o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias na prevenção no combate a epidemias e pandemias.

No Brasil, a maior parte dos editais de apoio publicados por órgãos de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), carregam a contradição de estarem limitados ao desenvolvimento de tecnologia e inovação. Embora alguns editais contemplem aspectos relacionados às ciências humanas, são minoritários em relação ao conjunto de investimentos. Isso se dá, em grande parte, porque a área das ciências humanas não faz parte da definição de áreas de Tecnologias Prioritárias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e recebem tratamento transversal (SILVA, 2020).

Além disso, as ciências sociais e humanas ocupam na produção do conhecimento, um lugar de descredibilidade, são alvo de constantes ataques sobre suas contribuições e utilidades e de discursos que as identificam como meras ferramentas de difusão de ideologias, e não como um campo do conhecimento moderno. Entretanto, sobretudo na atual contexto, as ciências sociais e humanas atuam na particularidade das experiências humanas, ou seja, dando rosto, biografia e vivências aos números estatísticos. Constroem levantamentos e mapas sociodemográficos, trazendo

¹ Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Pesquisa sobre os temas das representações sociais acerca do COVID-19 em territórios rurais. E-mail: alanahuttnerwolter@gmail.com

² O projeto de pesquisa é intitulado “As representações sociais dos moradores de Taquaral, São Lourenço do Sul/RS, acerca da pandemia de COVID-19”.

as características das populações, como vivem, quais são seus hábitos, como se organizam no cotidiano, quais condições sociais e econômicas possuem para enfrentar a pandemia, se há acesso aos serviços públicos e itens essenciais de cuidado. Questionamentos que são essenciais para o Estado brasileiro planejar medidas emergenciais de apoio a sua população (VIEIRA e OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, surge o compromisso e o desafio de produzir conhecimento sobre a realidade em seu movimento, para que possamos compreender de forma crítica nossa própria existência, como pessoa e nosso lugar em sociedade.

Apesar do ritmo veloz de disseminação do novo Coronavírus e suas consequências evidenciar impactos econômicos, sociais e políticos sentidos em todo globo, a experiência de cada sujeito, de populações e países não são generalizáveis ao ponto de afirmarmos que todos vivenciam a pandemia da mesma forma. Logo, é preciso conhecer as particularidades e potencialidades de cada território para que as alternativas possam ser pensadas de acordo com as suas necessidades.

Este trabalho se propõe analisar como a pandemia vem sendo vivenciada em diferentes territórios através da teoria das representações sociais. Na concepção de Moscovici, as representações sociais se relacionam à forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e constroem nele um significado, esse significado, por sua vez, é reproduzido e compartilhado pelo grupo, atuando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação. Uma das funções das representações sociais explicitada por Moscovici (2000) é de que elas devem transformar algo não familiar em algo familiar – neste caso a pandemia causada pelo novo Coronavírus. Desse modo, as representações sociais podem indicar como o vírus foi percebido por diferentes grupos sociais em diferentes territórios, e por sua vez, como tal percepção impactou em diversos âmbitos da vida social dos sujeitos, ou seja, dizem respeito ao modo como determinado grupo social constrói saberes que expressam sua identidade e cultura em um dado contexto histórico.

Nesse artigo buscou-se metodologicamente fazer uma revisão bibliográfica acerca do conceito de lugar e representações sociais, a fim de fornecer contribuições, seja para pesquisadores ou gestores de políticas públicas envolvidos, sobretudo no contexto da pandemia de COVID-19.

CONTEXTUALIZANDO A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL

O novo Coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia de COVID-19, surgiu na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Os novos e numerosos casos identificados no continente asiático levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar uma Emergência de

Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020³, e, devida a identificação de surtos em vários países ao redor do mundo, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia no dia 11 de março de 2020⁴. Desde então, tornou-se o maior desafio sanitário em escala global.

Atualmente, a América Latina é considerada pela OMS o epicentro da pandemia no mundo. O Brasil, segundo informações do Ministério da Saúde, registrou o primeiro caso do novo Coronavírus - tratava-se de um caso importado - no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Após um mês, o estado não era capaz de detectar a origem do contágio e decretava transmissão comunitária. Dada a velocidade da transmissão, cinco meses após a confirmação do primeiro caso, o país chegou a infeliz marca de mais de 100 mil óbitos e mais de 03 milhões de casos confirmados. Hoje, 18 de agosto de 2021, mais de um ano e meio após o registro do primeiro caso no Brasil, ultrapassamos a marca de 20,4 milhões de casos registrados e 570 mil mortes declaradas.

“Para um vírus poderoso como os da família corona, a circulação é a alma do negócio e a velocidade, o seu *modus operandi*” (AGUIAR, 2020, p. 52). Em outras palavras, “significa que a espacialidade dessa patologia segue a mobilidade espacial das pessoas e da economia cada vez mais intensa nas diversas escalas do mundo social” (SILVA, 2020, p. 152).

Surgiu no topo da pirâmide socioeconômica, a exemplo do primeiro caso registrado em São Paulo, entre as classes privilegiadas, no que Santos (1997) denomina de espaços luminosos – espaços marcados pela hiperconectividade e tendências com a Internet das Coisas, Indústria 4.0 etc. Essa lógica segue para as escalas nacionais e estaduais, com o maior número de casos, primeiramente nos “espaços luminosos”, difundindo-se para os espaços opacos – as periferias.

Ao considerar os grupos que vivem nestes espaços, em zonas de invisibilidade, cuja vulnerabilidade precede a quarentena e se agrava com ela, Santos (2020) os designa de Sul, não na concepção de um espaço geográfico, mas de espaço-tempo político, social e cultural. Dessa forma, a *quarentena ao sul* irá atingir de maneira mais contundente quem já estava vulnerabilizado: as mulheres, que verão o recrudescimento do patriarcalismo e que são nesse modelo as cuidadoras; os trabalhadores precários e informais, categoria globalmente dominante, resultado da desregulamentação dos acordos de trabalho; os trabalhadores de rua, também numerosos nas economias ao sul; os sem-abrigos e moradores de rua; os moradores das periferias nas cidades e favelas; as 375 comunidades tradicionais em seu isolamento permanente; os refugiados (em campos

³ World Health Organization (WHO). WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV) Geneva: WHO; 2020. > [https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)) <

⁴ World Health Organization (WHO). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19- 11 March 2020 Geneva: WHO; 2020 > <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> <

ou não), muitos deslocados em seus próprios países; e os mais conhecidos, pelas características do COVID-19, os idosos.

É evidente que o “vírus não é democrático, porque afeta de modo mais brutal tais grupos já mais fragilizados e que não dispõem de condições para o isolamento social” (ALVES, 2020, p.29). Apesar das orientações para o cumprimento das medidas de isolamento social como único meio para conter a propagação do vírus, sabemos que ele não pode ser estendido à toda a população, principalmente à parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, com condições precárias de trabalho, na informalidade ou em situação de desemprego. Em um país marcado pela injustiça e desigualdade social, não é novidade que a COVID-19 aumente exponencialmente os desafios para famílias que vivem em territórios populares como favelas, aldeias indígenas, quilombos e assentamentos.

Contudo, destaca-se a relevância de considerar que a saúde é socialmente determinada. Muito além da ausência de enfermidades, a saúde de uma pessoa é determinada pelas condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, as quais são moldadas pelas condições sociais, ambientais e econômicas. Dito isto, sabe-se que esses sujeitos podem, eventualmente, ser mais severamente afetados pelo COVID-19.

Partindo desse pressuposto, a pandemia, enquanto fenômeno geográfico deve ser pensado a partir do espaço.

PERCEBENDO A PANDEMIA ATRAVÉS DO LUGAR

Na tentativa de compreender do fenômeno pandêmico, o conceito de evento geográfico (SANTOS, 1966) fornece contribuições. A pandemia do COVID-19 pode ser definida como um evento uma vez que os eventos “são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 1996, p. 145). O evento geográfico é um feixe de acontecimentos, cuja realização e duração variam entre lugares, regiões ou países a depender das diferentes realidades que encontra.

Por isso, um mesmo evento se dando sobre lugares diferentes e desiguais, produz combinações diversas e sua realização transita entre a minoração de implicações ou sua potencialização. No mundo todo, mas principalmente na periferia do sistema, as situações geográficas têm nas desigualdades socioespaciais seu relevo de maior destaque (CATAIA, 2020, p. 234).

Cataia (2020, p.235) entende que “as desigualdades socioespaciais estão no centro da encruzilhada que vivemos no período atual, agravadas pela pandemia”. As desigualdades socioespaciais são uma expressão da diversidade de lugares, que podem ser compreendidas através de dois pares dialéticos: *densidade* e *rarefação* - distintas capacidades de isolamento domiciliar de

determinados lugares e a capacidade de atendimento oferecido neles pela rede hospitalar - e pela *fluidez* e *viscosidade*, ou seja, a capacidade de difusão da pandemia em razão da fluidez de determinados lugares através dos seus sistemas de transportes (nacionais e internacionais).

As desigualdades socioespaciais estão diretamente ligadas a indicadores sociais, econômicos, do mercado de trabalho, da infraestrutura urbana e ao acesso a serviços de saúde. Portanto, ações simples para conter a propagação do vírus como lavar as mãos com água corrente e sabão, higienizar as mãos e objetos com álcool em gel e manter o isolamento domiciliar, implicam o lugar de cada um nas classes sociais e no espaço, especialmente nas grandes cidades e suas imensas periferias (CATAIA, 2020). Muito além da ausência de enfermidades, a saúde de uma pessoa é determinada pelas condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, as quais são moldadas pelas condições sociais, ambientais e econômicas de determinado lugar. As condições preexistentes de vida dos indivíduos, em cada lugar, explicam em grande parte sua capacidade de prevenção e sobrevivência à COVID-19. Nesse sentido, o achatamento da curva de contaminação (diminuição de contágio) é uma combinação entre a horizontalização do evento (COVID-19) e lugar, ao passo que o aumento do contágio significa a incapacidade de resposta positiva do lugar ao mesmo evento. “Positivo ou negativo, o lugar se reconfigura para responder ao evento. A estatística (curva, achatamento, pico) é um recurso abstrato das situações concretas dos lugares (CATAIA, 2020, p.241)”.

Albuquerque e Ribeiro (2020) consideram que as situações geográficas também são condicionantes da pandemia de COVID-19, pois ajudam a entender a conformação das diferentes experiências da pandemia da COVID-19 nos diferentes países. A situação geográfica pode ser definida como uma coerência espacial e temporal dos eventos num dado lugar, como nó de verticalidades e horizontalidades, modulada pelas estruturas herdadas e pelos usos do território presentes e ancorados no futuro (SILVEIRA, 1999), ou um conjunto de forças que regem os eventos nos lugares e como consequência, mudam a situação dos lugares e sua relação com o mundo, numa relação dialética entre particularidade e universalidade.

No caso da pandemia, as situações geográficas geram diferentes respostas de acordo com as condições apresentadas em determinado território. Por exemplo, situações geográficas marcadas por intensa metropolização, facilitam a difusão do vírus, possuem alta concentração e circulação populacional, diversificação de recursos, infraestrutura e serviços. Tendo isso em vista, a pandemia causada pelo novo Coronavírus não se configura num vírus democrático, uma vez que não é indiferente às classes sociais, ao gênero, à raça, à etnia e, sobretudo, aos lugares.

O lugar, dimensão espacial do cotidiano, apresenta-se como “objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1997, p.273). Nesse entendimento, a

pandemia do novo Coronavírus é um evento global com materialidade nos lugares, tendo em vista que a sociedade se coloca enquanto sujeitos atingidos pelo processo em escala global. Logo, a partir do espaço geográfico considerando especificamente o lugar, pode-se geografizar e historicizar a totalidade-mundo. O que Milton Santos designa de universalidade empírica, a possibilidade do sujeito, observar e vivenciar no espaço local a totalidade-mundo se realizando.

Há que se considerar que tanto as desigualdades socioespaciais, quanto as diferentes situações geográficas em que se encontram os lugares, demonstram o controle de atores bem delimitados sobre o território. Um destes atores é o Estado. Com a chegada da COVID-19 ao Brasil, percebemos um Estado que não é capaz de proteger sua população do vírus, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que sofrem de forma mais incisiva os efeitos da pandemia. É o que podemos chamar de necropolítica, termo cunhado por Achille Mbembe (2016) para descrever a política da morte adaptada pelo Estado, quando observamos que o presidente decide expor à morte ou deixar morrer milhares de brasileiros sem que políticas públicas de enfrentamento à pandemia sejam tomadas.

Na contramão desse processo, movimentos populares e setores da sociedade civil vêm denunciando e cobrando maior incidência do Estado na garantia dos mínimos sociais. Na ausência de respostas, surgem articulações e iniciativas de comunidades frente às dificuldades impostas com base na solidariedade e na participação social, ou seja, ações coordenadas “de baixo para cima”, não mais pautadas no interesse do Estado, que dão conta de atender os interesses da sociedade.

É nesse sentido, que o território (aqui entendido como o *lugar*) também pode produzir diferentes significados, ou em outras palavras, diferentes representações sociais sobre determinado fato ou acontecimento. Dessa forma, direciona-se a atenção não somente para espaço geográfico, mas também, para os sujeitos que o compõem.

PERCEBENDO A PANDEMIA E A IMPORTÂNCIA DO LUGAR ATRAVÉS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais, inaugurada pelo psicólogo social francês Serge Moscovici em 1961, se relaciona à forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e construírem nele um significado, esse significado passa a ser reproduzido e compartilhado pelo grupo, atuando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação. Trata-se, portanto, do estudo do senso comum.

Durante muito tempo o conhecimento foi identificado como pertencente ao domínio da impessoalidade e da racionalidade (herança cartesiana), que separou o sujeito do seu mundo. Nessa perspectiva, o conhecimento do senso comum era considerada uma versão primitiva e falha do conhecimento científico.

De acordo com a teoria das representações sociais, o senso comum é objeto da Psicologia Social porque essa modalidade de conhecimento varia conforme inserções específicas num contexto de relações sociais (DOISE, 1985). A representação social é uma dentre outras variedades de construtos do senso comum, juntamente com ideologias, atitudes, imagens sociais e etc.

A gênese de uma representação social se dá por meio de dois processos formadores de natureza social e cognitiva: a ancoragem e a objetivação. Na ancoragem, o indivíduo, em face de um objeto desconhecido, busca em sua memória conteúdos, eventos e pessoas que conhece e os transforma enquanto protótipos, comparando-os com o novo que se interpela. Assim, na ancoragem, assimila-se o novo ao que já existe. Por sua vez, no processo de objetivação, reproduz-se um conceito desconhecido/abstrato da realidade, transferindo-o para um patamar concreto, visível, tangível e “palpável”. Nesses dois processos, então, transforma-se o não familiar em familiar (MOSCOVICI, 2017).

Por que as representações sociais são a categoria adequada para analisar a realidade de determinado lugar em determinado contexto você deve estar se perguntando. Existem algumas particularidades na teoria das representações sociais que podem responder à questão. As representações sociais estão na base de todos os saberes, uma vez que possui o poder de expressar a realidade de uma comunidade através dos saberes sociais – os quais fornecem os fundamentos e/ou sentidos necessários para a vida em grupo, assegurando união. Além disso, as representações sociais são produzidas em contextos não tradicionais, ou seja, dependem diretamente de contextos sociais, políticos e históricos (construtos psicossociais). Portanto, uma representação social tem relação direta com suas condições de produção e de circulação.

Ao analisar o cenário que se impôs com o surgimento do novo Coronavírus, vale considerar alguns aspectos: primeiro, a inexistência de uma vacina (até meados de dezembro de 2020) e de tratamentos medicamentosos específicos e eficazes para o COVID-19, fez a Organização Mundial da Saúde, recomendar medidas não farmacológicas para a sua contenção (BARRETO, et. al., 2020). As orientações da OMS consistem, sobretudo em, higienizar as mãos com água e sabão ou à base de álcool, usar máscaras e manter isolamento social (evitar aglomerações e manter pelo menos 1 metro de distância entre pessoas que possivelmente podem ser portadoras do vírus, assintomáticas ou não), o que supõe a paralisação ou redução de atividades não essenciais nos setores públicos e privados.

A crise sanitária afastou trabalhadores do mundo inteiro das mesas de escritório e os obrigou a lidar com uma nova dinâmica profissional, o *home office* (escritório em casa na tradução). Contudo, tais trabalhadores apenas se adaptaram a uma nova dinâmica de trabalho mantendo seus empregos, muitos trabalhadores em situação de maior precariedade, os impossibilitados de realizar seu trabalho à distância e aqueles do setor informal da economia sofreram mais severamente o risco

de perder sua ocupação durante a pandemia e ficar sem renda. Nesse rol, as desigualdades de gênero foram acentuadas, pois o impacto na vida das mulheres ocorreu de forma diferenciada, uma vez que a ausência de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados recaiu sobre as mesmas (BARBOSA, et. al, 2020).

Segundo, no Brasil, o governo federal não reconheceu a imensidão do problema, renegou seus efeitos sobre a classe trabalhadora mais exposta à contaminação, estimulou em parte da população posturas individualistas e contra as medidas sanitárias e o uso de medicamentos sem eficácia comprovada (BOSCHETTI e BEHRING, 2021). Além disso, não houve nenhuma intervenção nacional consolidada, com orientações para estados e municípios, o que permitiu que governos estaduais e municipais tomassem suas próprias decisões no tocante à pandemia. Não obstante, medidas sociais como a garantia de renda mínima para populações vulneráveis e sem emprego, fundamentais para o cumprimento do isolamento social, foram aprovadas tardiamente e não se deram de forma coordenada e acessível, deixando uma parcela significativa da população à mercê.

Por fim, é importante lembrar que a sociedade está em constante exposição informações, as quais são propagadas em um fluxo tão acelerado quanto o da disseminação do próprio vírus. A todo o momento, informações falsas – as chamadas Fake news - circulam nas redes sociais e colocam em dúvida evidências científicas sobre o novo Coronavírus e produzem condutas inadequadas por parte da população. Os meios de comunicação, ao transmitir uma informação para o público, também constroem representações sociais, pois como afirma Jovchelovitch (2000), elas são construídas por meio de símbolos criados pela sociedade para tornar algo familiar.

É inegável, portanto, que esse processo não tenha afetado a subjetividade dos indivíduos. A pandemia gerou diferentes percepções de realidade para os sujeitos que passaram a interagir através delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da “pandemia enquanto fenômeno social revela-se capaz de metamorfosear-se na percepção dos grupos” (BRAGA, et. al., 2021, p. 468). As diferentes representações sociais que emergem desse processo estão intrinsecamente relacionados ao lugar que diferentes grupos ocupam (nas classes sociais e no espaço), são resultado de uma dialética entre a percepção do sujeito e o momento histórico vivenciado, ou seja, as representações sociais são fundamentais para compreender a relação que determinados territórios estabelecem com o contexto do COVID-19. Indicam que futuras intervenções devem considerar as especificidades de cada um deles no manejo de alternativas direcionadas para conter o estado pandêmico.

Entender qual é a estrutura representacional sobre o COVID-19 além de oferecer respostas para determinadas situações e comportamentos pode se tornar um potente instrumento para pensar alternativas diante do cenário imposto. Alternativas multidisciplinares, capazes de dialogar com outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. COVID-19: A doença dos espaços de fluxos. **Revista GEOgraphia**, vol. 22, n.48, 2020.

ALVES, L. A. (Des)esperanças em tempos de pandemia: problematizações sobre a COVID-19 a partir da geografia crítica. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Edição Especial: Covid-19, Jun./2020 p.25 – 35.

BARBOSA, A. L.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? **IPEA**. Mercado de trabalho | 69 | julho 2020.

BARRETO, I.; et. al. Colapso na Saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da COVID-19.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BRAGA, C. F.; et. al. As representações sociais da Covid-19 para brasileiros: metamorfose da pandemia no Brasil e Estados Unidos. In: **Covid -19 e a comunicação**. OLIVEIRA, R. C; CHRISTINO, MACHADO JÚNIOR, E. M. (orgs.) – Goiânia: Cegraf UFG, 2021. 519 p.

CATAIA, M. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 232-245, maio 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 232 p.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. A Necropolítica. **Artes e Ensaios**, n. 32, 2016, p. 122-151.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. (1ª edição 2000)

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.**
Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. O Lugar: Encontrando o Futuro. **Rua Revista de Arquitetura e Urbanismo, BAHIA**, v. 6, p. 34-39, 1997.

SILVA, M. G. da. A pandemia e a importância das ciências humanas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)** ano II, vol. 2, n. 6, Boa Vista, 2020.

SILVA, R. G. da C. Pandemia e escalas geográficas da vida humana. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 9, p. 148-153, maio de 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n.6: p.21-28, jan/jun. 1999.